

OS DESAFIOS PARA LOGRAR O BEM ESTAR AMBIENTAL DURADOURO

Em Copenhague, 193 chefes de estado combinaram instrumentar uma estratégia para freiar o aquecimento global que acontecerá se é mantido o ritmo atual de industrialização. Entre os pontos mais “quentes” do debate está o acordo para limitar o desenvolvimento industrial de 31 nações supostamente responsáveis dos desajustes climáticos globais.

O efeito estufa, indicador indisputável que originou a crítica ao modelo de industrialização das nações economicamente mais desenvolvidas, donas do principal capital econômico do mundo, não se limita às últimas décadas. O boom demográfico detonado pela revolução industrial (RI) levou a população humana a alcançar os 6×10^9 habitantes em um século e é previsto que chegará até 9×10^9 em 2050. Adicionalmente, a transformação do rural/urbano (85/15%) antes da RI, ao urbano/rural (85/15%) que prevalece hoje em dia não facilita as ações em prol do ambiente.

Estas mudanças têm ocorrido em todas as nações mas, sua magnitude tem originado polarizações. Assim, nações que, para alcançar seu “bem estar” basearam sua política em um crescimento industrial massivo confrontam a outras que também buscam o bem estar e que parecem imitar o modelo. Diante deste cenário, os efeitos da mudança global não fazem distinções. As nações industrializadas (NI), que baseiam sua estabilidade social em um incremento constante em suas taxas de consumo como indicador de bem estar, não estão isentas de insegurança social, migração, epidemias e outros efeitos diretos da mudança climática. As outras nações também sofrem estes efeitos mas a diferença é a velocidade de resposta, devido a que os recursos econômicos e científicos para contrarrestá-los acentuam a polarização entre nações. Assim, nas nações em vias de industrialização (NVI), são observados mais desastres, pobreza, insalubridade, mortalidade e dependência econômica.

O modelo de desenvolvimento baseado na industrialização massiva não se detém pois economias emergentes como China, Índia e Brasil, não têm duvidado em adotá-lo. As consequências mostram um cenário catastrófico. Manter a taxa de consumo da população atual das NI sobrepasa em sete vezes a capacidade atual do planeta. Se este cálculo é próximo à realidade, que acontecerá quando $2,6 \times 10^9$ de chineses e hindus se somem a esta demanda?

Os papeis, considerando as nações com alto potencial de mitigação da mudança climática, parecem inverter-se. Assim, as NVI que salvaguardam o germoplasma do mundo expressado em bosques tropicais resultam ser a esperança por contrarrestar os efeitos do dióxido de carbono, metano e óxido nítrico, os três gases principalmente responsáveis do efeito estufa. Considerando estes países como donos do capital natural do mundo, basta negociar entre NI e NVI um cenário que divida os capitais econômicos e naturais em aras de um bem estar ambiental duradouro.

Esta simples dedução não cabe no modelo de governança onde cada nação proclama soberania sobre suas decisões, incluindo as ambientais, mesmo que tenham implicações além de suas fronteiras. A qual nação, e com qual argumento, pode ser exigido não imitar o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização? Como se obriga a uma NI a retribuir pelas consequências ambientais de suas desmedidas taxas de consumo? No fundo parecera que as NVI (provedores) têm em suas mãos o futuro ambiental da humanidade, mas imitar o modelo de bem estar estabelecido fará colapsar a sociedade humana. As NI (beneficentes) não negam sua responsabilidade mas estão longe de admitir as consequências e escapa de suas mãos as decisões a serem tomadas pelas NVI.

Diante deste cenário e retomando a raiz do problema ambiental: Serão as NVI capazes de construir um esquema de bem estar sem imitar os defeitos do estabelecido? Estimativas econômicas em torno a Copenhague indicam que são necessários USD 100×10^6 anuais para neutralizar os efeitos da mudança climática. Em um mundo onde prevalecem as conquistas econômicas não parece caber a filantropia ambiental necessária para alcançar o bem estar ambiental comum. É urgente aceitar que, no aspecto ambiental, a fronteira entre as NI e as NVI é virtual. Há um futuro possível, já que dentro de cada soberania cabe a possibilidade de criar uma rota de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente louvável. É tarefa urgente para as gerações futuras, nossos filhos, quem desfrutarão ou confrontarão as consequências de nossos atos.

ALEJANDRO VELÁZQUEZ

Centro de Investigações em Geografía Ambiental, Universidad Nacional Autónoma de México, México

ANA RAQUEL PICÓN

Interciência